



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 025, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

“Dispõe sobre a vedação da exploração de transporte coletivo de passageiros por concessionárias ou permissionárias de serviço público operadoras de linhas intermunicipais, com sobreposição de atuação nas linhas urbanas municipais, e adota outras providências”.

ROGERIO RIENTE, PREFEITO MUNICIPAL DE MENDES, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o art. 53, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 30, incisos I e V, da CRFB, outorga competência normativa exclusiva aos Municípios para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

CONSIDERANDO que cabe aos Estados, devido à competência residual (art. 25, § 1º, da CRFB), observado o art. 175 da CRFB e o art. 14 da Lei nº 8.987/95, a concessão ou permissão dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, este conceituado como atendimento de demanda relacionada ao deslocamento da população entre cidades;

CONSIDERANDO que configura concorrência desleal a sobreposição de linhas por concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais, notadamente pela captação de passageiros usuários das linhas urbanas municipais, ensejando a redução do público pagante dirigido à operadora local, inclusive com prática de valor de tarifa inferior a fixada pelo Município de Mendes, na condição de Poder Concedente;

CONSIDERANDO que vige o critério de tarifa única (Art. 15 da Lei nº 1.169/2007), identificado como a homogeneidade do valor de cobrança, independentemente do tempo e distância das linhas que integram o sistema de transporte coletivo municipal, possibilitando a compensação do resultado da arrecadação de tarifas das linhas deficitárias pelas linhas superavitárias;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
GABINETE DO PREFEITO

CONSIDERANDO que a sobreposição de linhas enseja forte desequilíbrio na cláusula de equilíbrio econômico-financeiro da contratação, violando a regra do art. 10 da Lei nº 8.987/95, resultando na inviabilização da operação do sistema de transporte urbano municipal, tendo em conta que referida sobreposição, em função do trajeto das linhas intermunicipais, está a atingir linhas superavitárias, onde residem e circulam a maior parcela de público pagante;

CONSIDERANDO que as concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais não absorvem toda a extensão territorial do Município de Mendes, bem como não atendem a totalidade da população beneficiada com gratuidades ou isenções no transporte público municipal, especialmente os alunos da rede pública, os idosos, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, vales sociais, entre outros;

CONSIDERANDO que a exploração dos serviços com transporte coletivo, mediante a sobreposição de linhas intermunicipais, autoriza a fiscalização, o controle e a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma do art. 156, III, da CRFB, da legislação tributária e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), eis que o fato gerador do tributo recai sobre a cobrança de tarifa em virtude da prestação dos serviços com transporte de passageiros, abrangida pelo embarque e desembarque nos percursos onde há linhas urbanas e nos limites territoriais do Município de Mendes;

CONSIDERANDO que, cientificada a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Barra do Pirai (Núcleo Vassouras), a Administração Municipal deflagrou processo licitatório para a concessão do transporte coletivo urbano de passageiros, através do Edital de Concorrência nº 002/2018, onde a realização do certame está condicionada a decisão de mérito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Processo TCE-RJ nº 203.686-8/2019), em prol do princípio da legalidade e da transparência dos atos públicos;

CONSIDERANDO que para a continuidade da operação do transporte coletivo urbano e para que a futura licitação tenha êxito em atrair significativo número de interessados, em defesa do princípio da competitividade, deve ser vedada, em âmbito municipal, a prática de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, evidenciada na sobreposição de linhas urbanas municipais por concessionárias ou permissionárias que exploram o transporte de linhas intermunicipais;

CONSIDERANDO, por fim, a comprovação da existência de sobreposição de linhas mediante cobrança de tarifas em percursos onde há existência de linhas municipais, com embarque e desembarque de passageiros nos limites territoriais de Mendes, bem como



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
GABINETE DO PREFEITO

informações disponibilizadas pelo Departamento Estadual de Trânsito, evidenciando cobrança de valor inferior ao da tarifa única local,

DECRETA:

Art. 1º. Fica vedada a exploração da prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros por concessionárias ou permissionárias de serviço público operadoras de linhas intermunicipais, com sobreposição de atuação nas linhas urbanas municipais, a saber:

Linhas Municipais - Lei nº 1169/2007	Linhas Intermunicipais	Seções com sobreposições
Centro x Ponte do Rocha (ida e volta)	PARACAMBI x VASSOURAS (ida e volta)	MENDES X PONTE DO ROCHA (ida e volta)
Centro x Humberto Antunes (ida e volta)	PARACAMBI x VASSOURAS (ida e volta)	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN X MENDES (ida e volta)
Centro x Humberto Antunes (ida e volta)	BARRA DO PIRAI X PARACAMBI (Via Morsing) (ida e volta)	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN X MENDES (ida e volta)
Centro x Martins Costa (ida e volta)	BARRA DO PIRAI X PARACAMBI (Via Morsing) (ida e volta)	MENDES X MORSING (ida e volta)
Centro x Humberto Antunes (ida e volta)	BARRA DO PIRAI X PARACAMBI (Via Ipiranga) (ida e volta)	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN X MENDES (ida e volta)
Centro x Ponte do Rocha (ida e volta)	BARRA DO PIRAI X PARACAMBI (Via Ipiranga) (ida e volta)	ARISTIDES LOBO X MENDES (ida e volta)

Parágrafo único. O disposto no caput do artigo será revisto após a adjudicação da licitação objeto da Concorrência Pública nº 002/2018.

Art. 2º. A fiscalização desenvolvida pelo poder de polícia administrativa, visando o fiel cumprimento deste Decreto, caberá ao Departamento Municipal de Trânsito.

§ 1º. Fica autorizada, independentemente de requisição, ao Órgão de trânsito municipal, utilizar todo o aparato operacional e funcional necessário às ações de fiscalização.

§ 2º. Os agentes de fiscalização poderão requisitar o apoio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, para garantia do cumprimento da vedação de ações estabelecidas neste Decreto, na forma regida pelo art. 53, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Em caso de as concessionárias ou permissionárias de serviço público operadora de linhas intermunicipais permanecerem com a ação de exploração de transporte coletivo de passageiros mediante sobreposição às linhas urbanas municipais, ensejará a aplicação de multa,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
GABINETE DO PREFEITO

na forma estabelecida em lei, mediante notificação, acompanhada de manifestação acerca da incidência de fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Parágrafo único. Sem prejuízo da aplicação da sanção pecuniária, a atuação fiscalizatória promoverá representação ao Órgão de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro para que, no âmbito de sua atribuição, venha a adotar as medidas punitivas e de coerção cabíveis, sem prejuízo do envio de relatório a outros órgãos ou entidades afins.

Art. 4º. Dê-se publicidade na forma da lei, expedindo-se ofício ao Poder Legislativo, ao Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Departamento de Trânsito do Estado, a Polícia Militar do Estado e, por fim, as concessionárias ou permissionárias de serviço público operadoras de linhas intermunicipais, onde o trajeto está vinculado à base territorial do Município de Mendes.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe forem contrárias.

Prefeitura Municipal de Mendes RJ, 18 de março de 2019.

ROGERIO RIENTE
Prefeito Municipal

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, contando a partir de **01 de SETEMBRO de 2016**, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mendes (RJ), em 30 de AGOSTO de 2016.

REINALDO MEDEIROS MACEDO

Prefeito Municipal

Erro Formal (de Digitação).

18 de março de 2019.

ROGÉRIO RIENTE

Prefeito Municipal

Publicado por:

Ana Claudia Alves da Costa Mattza

Código Identificador:DCEB4DBA

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0147-2019

Adoto as razões de decidir a fundamentação subscrita pelo titular da Secretaria Municipal de Administração. Com efeito, ratifico a compra a teor do artigo 24, inciso IV da lei nº 8.666/93.

Mendes/RJ, 15 de março de 2019.

ROGÉRIO RIENTE

Prefeito

Publicado por:

Ana Claudia Alves da Costa Mattza

Código Identificador:1625E92C

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 025, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

“Dispõe sobre a vedação da exploração de transporte coletivo de passageiros por concessionárias ou permissionárias de serviço público operadoras de linhas intermunicipais, com sobreposição de atuação nas linhas urbanas municipais, e adota outras providências”.

ROGERIO RIENTE, PREFEITO MUNICIPAL DE MENDES, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o art. 53, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 30, incisos I e V, da CRFB, outorga competência normativa exclusiva aos Municípios para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

CONSIDERANDO que cabe aos Estados, devido à competência residual (art. 25, § 1º, da CRFB), observado o art. 175 da CRFB e o art. 14 da Lei nº 8.987/95, a concessão ou permissão dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, este conceituado como atendimento de demanda relacionada ao deslocamento da população entre cidades;

CONSIDERANDO que configura concorrência desleal a sobreposição de linhas por concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais, notadamente pela captação de passageiros usuários das linhas urbanas municipais, ensejando a redução do público pagante dirigido à operadora local, inclusive com prática de valor de tarifa inferior a fixada pelo Município de Mendes, na condição de Poder Concedente;

CONSIDERANDO que vige o critério de tarifa única (Art. 15 da Lei nº 1.169/2007), identificado como a homogeneidade do valor de cobrança, independentemente do tempo e distância das linhas que

integram o sistema de transporte coletivo municipal, possibilitando a compensação do resultado da arrecadação de tarifas das linhas deficitárias pelas linhas superavitárias;

CONSIDERANDO que a sobreposição de linhas enseja forte desequilíbrio na cláusula de equilíbrio econômico-financeiro da contratação, violando a regra do art. 10 da Lei nº 8.987/95, resultando na inviabilização da operação do sistema de transporte urbano municipal, tendo em conta que referida sobreposição, em função do trajeto das linhas intermunicipais, está a atingir linhas superavitárias, onde residem e circulam a maior parcela de público pagante;

CONSIDERANDO que as concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais não absorvem toda a extensão territorial do Município de Mendes, bem como não atendem a totalidade da população beneficiada com gratuidades ou isenções no transporte público municipal, especialmente os alunos da rede pública, os idosos, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, vales sociais, entre outros;

CONSIDERANDO que a exploração dos serviços com transporte coletivo, mediante a sobreposição de linhas intermunicipais, autoriza a fiscalização, o controle e a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma do art. 156, III, da CRFB, da legislação tributária e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), eis que o fato gerador do tributo recai sobre a cobrança de tarifa em virtude da prestação dos serviços com transporte de passageiros, abrangida pelo embarque e desembarque nos percursos onde há linhas urbanas e nos limites territoriais do Município de Mendes;

CONSIDERANDO que, cientificada a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Barra do Piraí (Núcleo Vassouras), a Administração Municipal deflagrou processo licitatório para a concessão do transporte coletivo urbano de passageiros, através do Edital de Concorrência nº 002/2018, onde a realização do certame está condicionada a decisão de mérito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Processo TCE-RJ nº 203.686-8/2019), em prol do princípio da legalidade e da transparência dos atos públicos;

CONSIDERANDO que para a continuidade da operação do transporte coletivo urbano e para que a futura licitação tenha êxito em atrair significativo número de interessados, em defesa do princípio da competitividade, deve ser vedada, em âmbito municipal, a prática de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, evidenciada na sobreposição de linhas urbanas municipais por concessionárias ou permissionárias que exploram o transporte de linhas intermunicipais;

CONSIDERANDO, por fim, a comprovação da existência de sobreposição de linhas mediante cobrança de tarifas em percursos onde há existência de linhas municipais, com embarque e desembarque de passageiros nos limites territoriais de Mendes, bem como informações disponibilizadas pelo Departamento Estadual de Trânsito, evidenciando cobrança de valor inferior ao da tarifa única local,

DECRETA:

Art. 1º. Fica vedada a exploração da prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros por concessionárias ou permissionárias de serviço público operadoras de linhas intermunicipais, com sobreposição de atuação nas linhas urbanas municipais, a saber:

Linhas Municipais – Lei nº 1169/2007	Linhas Intermunicipais	Seções com sobreposições
Centro x Ponte do Rocha (ida e volta)	PARACAMBI x VASSOURAS (ida e volta)	MENDES x PONTE DO ROCHA (ida e volta)
Centro x Humberto Antunes (ida e volta)	PARACAMBI x VASSOURAS (ida e volta)	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN x MENDES (ida e volta)
Centro x Humberto Antunes (ida e volta)	BARRA DO PIRAÍ x PARACAMBI (via morsing) (ida e volta)	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN x MENDES (ida e volta)

Centro x Martins Costa (ida e volta)	BARRA DO PIRAI x PARACAMBI (via morsing) (ida e volta)	MENDES x MORSING (ida e volta)
Centro x Humberto Antunes (ida e volta)	BARRA DO PIRAI x PARACAMBI (via ipiranga) (ida e volta)	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN x MENDES (ida e volta)
Centro x Ponte do Rocha (ida e volta)	BARRA DO PIRAI x PARACAMBI (via ipiranga) (ida e volta)	ARISTIDES LOBO x MENDES (ida e volta)

Parágrafo único. O disposto no caput do artigo será revisto após a adjudicação da licitação objeto da Concorrência Pública nº 002/2018.

Art. 2º. A fiscalização desenvolvida pelo poder de polícia administrativa, visando o fiel cumprimento deste Decreto, caberá ao Departamento Municipal de Trânsito.

§ 1º. Fica autorizada, independentemente de requisição, ao Órgão de trânsito municipal, utilizar todo o aparato operacional e funcional necessário às ações de fiscalização.

§ 2º. Os agentes de fiscalização poderão requisitar o apoio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, para garantia do cumprimento da vedação de ações estabelecidas neste Decreto, na forma regida pelo art. 53, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Em caso de as concessionárias ou permissionárias de serviço público operadora de linhas intermunicipais permanecerem com a ação de exploração de transporte coletivo de passageiros mediante sobreposição às linhas urbanas municipais, ensejará a aplicação de multa, na forma estabelecida em lei, mediante notificação, acompanhada de manifestação acerca da incidência de fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Parágrafo único. Sem prejuízo da aplicação da sanção pecuniária, a atuação fiscalizatória promoverá representação ao Órgão de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro para que, no âmbito de sua atribuição, venha a adotar as medidas punitivas e de coerção cabíveis, sem prejuízo do envio de relatório a outros órgãos ou entidades afins.

Art. 4º. Dê-se publicidade na forma da lei, expedindo-se ofício ao Poder Legislativo, ao Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Departamento de Trânsito do Estado, a Polícia Militar do Estado e, por fim, as concessionárias ou permissionárias de serviço público operadoras de linhas intermunicipais, onde o trajeto está vinculado à base territorial do Município de Mendes.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe forem contrárias.

Prefeitura Municipal de Mendes (RJ), 18 de março de 2019.

ROGÉRIO RIENTE

Prefeito Municipal

Publicado por:

Ana Claudia Alves da Costa Mattza

Código Identificador: CCF56961

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 147/2019
(Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93)

COMPRA EMERGENCIAL DE MATERIAL DE CONSUMO

EDUARDO VENTURA LOURES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições regimentais e legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de caráter emergencial de compra direta de café e açúcar para abastecimento de diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Mendes;

CONSIDERANDO que tal solicitação se faz necessária devido o processo licitatório para compra de materiais diversos, tais como café e açúcar, ainda não ter findado;

CONSIDERANDO o que tudo consta no Processo Administrativo nº 147/2019, cuja motivação atende às condicionantes do Artigo 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a motivação em relação à escolha do referido fornecedor dos materiais em questão e a conformidade do preço de mercado, cumprindo assim, os pressupostos formais exigidos pelo Artigo 24 da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a manifestação da Controladoria Geral do Município nos autos do Processo epígrafado;

SUBMETO o presente **ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** (Artigo 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93) à consideração do Exmo. Sr. Prefeito, visando a ratificação à luz do caput do Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93, a fim de se adquirir os materiais do fornecedor **R V PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, CNPJ: 26.675.084/0001-57, localizada na Rua Deputado Romeu Natal, 862 loja – Lages – Paracambi/RJ, CEP: 26.600-000.

O valor total da aquisição será de R\$11.050,00 (onze mil e cinquenta reais).

Mendes-RJ, 15 de março de 2019.

EDUARDO VENTURA LOURES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Ana Claudia Alves da Costa Mattza

Código Identificador: AD477C7A

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2018

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2018 que entre si fazem, de um lado, **O MUNICÍPIO DE VASSOURAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Otávio Gomes nº 395 – Centro, Vassouras – RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.412.819/0001-52, neste ato representado pelo ordenador de despesa, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Marco Aurélio Sá Pinto Salgado, CPF 020.856.447-08, neste ato denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **ASM CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Rua Estrada União e Industrial, nº 24.360, Pedro do Rio, Petrópolis/RJ, CEP 25.750-222 inscrita no CNPJ/MF sob o nº **39.121.678/0001-68**, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Cristiano Machado dos Santos**, CPF **041.791.717-16**, Cédula de identidade nº **104.227.756 IFPRJ**, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 4.545/2018, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo de acréscimo de valor:

RESUMO DO CONTRATO Nº 056/2018: Constitui objeto do contrato 056/2018 a elaboração de Projeto Executivo e execução de obra para implantação de galeria auxiliar de drenagem de águas pluviais na zona urbana do Município de Vassouras (TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o acréscimo no valor de R\$ 282.575,67, em função de alteração do projeto inicial, o que representa um acréscimo de 24,99%.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

O presente Termo Aditivo tem o valor de R\$ 282.575,67.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o valor total de R\$ 1.412.878,48.